



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Emily Conceição Barbosa

Universidade de Brasília - Brasil

emilyconceicaobarbosa@gmail.com

Mariana de Souza Fonseca

Universidade de Brasília - Brasil

fonsecasmariana@gmail.com

A receptividade dos brasileiros à migração venezuelana: o tipo
ideal de imigrante

Introdução

A Venezuela tem passado por um contexto de agravamento econômico e instabilidade política, principalmente decorrentes do baixo apoio registrado ao presidente Nicolás Maduro, com mais de 75% de reprovação em fevereiro de 2018. O aumento da inflação, do desemprego, a diminuição da capacidade de compra da maioria da população e o caos no acesso aos serviços públicos fez com que vários venezuelanos deixassem seu país de origem em busca de condições melhores de vida. Um dos destinos procurados por essa população é o Brasil, embora o país seja um destino temporário para muitos que pretendem atravessa-lo rumo aos países mais ao sul, para muitos outros é o destino final.

As cidades mais ao norte do Brasil, que fazem fronteira com a Venezuela, têm sido as principais receptoras desse fluxo migratório. Entretanto, por serem cidades pequenas e, muitas vezes, com os serviços públicos já precarizados, elas têm tido muita dificuldade em fazer a acolhida dos migrantes. A piora do funcionamento dos serviços públicos tem sido imputada, pela comunidade local, aos venezuelanos que, por sua vez, sofrem com a falta de receptividade e oportunidades. O governo estadual de Roraima decretou estado de calamidade pública, o que chamou a atenção dos órgãos federais para a situação. A resposta do governo federal foi instituir a Operação Acolhida, programa de cooperação entre as Forças Armadas e agências humanitárias internacionais, para promover os primeiros atendimentos aos imigrantes e inseri-los em um processo de interiorização, levando-os para outras cidades do Brasil.

A Operação tem levantado opiniões divididas, tanto do governo quanto das comunidades receptoras. Essa polaridade é expressa pela população através dos meios de comunicação, como as redes sociais, tendo em vista que a internet é entendida e utilizada como um veículo de compartilhamento de opinião de forma simples e rápida. Mais precisamente, é o *Facebook* que concentra o maior número de discussões, totalizando 130 milhões de brasileiros que utilizam a plataforma¹. Desde o início da implementação da Operação Acolhida, as ações realizadas pelo Governo Federal, Forças Armadas e organizações não-governamentais foram publicizadas no Facebook por meio da hashtag #OperacaoAcolhida.

Entretanto, se por um lado a realidade virtual serve como meio de informação, integração e participação, por outro ela também - por falta de maior regulação - abriu espaço para a manifestação e reprodução de conflitos sociais. Desde o início da entrada de imigrantes

¹ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/62-da-populacao-brasileira-esta-ativa-nas-redes-sociais/>>

venezuelanos no país tem sido noticiado² problemas com a receptividade do brasileiro, que fica cada vez mais evidente conforme a crise se agrava e mais venezuelanos buscam refúgio no Brasil. No que diz respeito ao processo de interiorização, muitos governos estaduais estão se negando a cooperar com essa ação, porque o recebimento dessas pessoas seria mal visto pela comunidade local. Nesse ínterim, as redes sociais se tornaram espaços que revelam esse tipo de comportamento de rechaço, ao invés do de acolhimento.

Tendo em vista essa situação, este artigo teve como objetivo captar em que medida as redes sociais são utilizadas como meio de informação das atividades de acolhimento, por parte das agências humanitárias e do Estado brasileiro. Além de perceber a receptividade dos brasileiros e compreender as suas motivações, além das percepções das comunidades que abrigam o projeto de acolhimento sobre ele e sobre os imigrantes.

A hipótese que motiva a pesquisa é que, na verdade, os discursos propagados pela maioria da população não se tratam de afirmações xenófobas propriamente. Mas sim uma narrativa que se apresenta primeiro como uma *aporofobia* (CORTINA, 2017), ou seja, um “medo do pobre”. A baixa receptividade ao migrante venezuelano estaria ligada ao fato de que ele não se encaixa no “tipo ideal” estabelecido no imaginário das pessoas, por se tratar de uma raça não-branca e de pessoas que chegam ao Brasil já sem condições de subsistência. Elas, ao “disputarem” com os brasileiros pelo acesso aos serviços públicos, que já encontram defasados, geram o sentimento de privação de direitos e suposta predileção do Estado no atendimento aos imigrantes, em detrimento dos nacionais.

Este artigo está dividido em seis partes, à parte desta introdução. Na seção seguinte fazemos a explicação metodológica da realização deste estudo. A segunda seção está dividida em dois tópicos, no primeiro explicitamos de maneira mais aprofundada a situação venezuela, e na segunda um breve panorama histórico do aumento do fluxo de migração em Roraima e o tipo de resposta dada pelo Estado brasileiro. Logo após, mostramos as avaliações de como tem sido a receptividade do brasileiro nos últimos anos, e discutimos um pouco a noção de xenofobia, que parece estar conectada a alguns tipos de discursos, mas aplicá-la a outros, de maneira generalizada, parece ser um erro. Na quarta seção apresentamos os dados coletados em nossa pesquisa, fazendo um comparativo qualitativo das postagens e comentários nas páginas. Por fim,

²Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html>; <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/refugiados-venezuelanos-sao-alvo-de-ataques-e-de-xenofobia-na-colombia.shtml>>; <<https://www.otempo.com.br/brasil/venezuelanos-são-v%C3%ADtimas-de-xenofobia-em-roraima-1.1572431>>.

na conclusão, discutimos a aplicação generalizada do termo "xenofobia" no contexto brasileiro, contrapondo o histórico do Brasil do que é o imigrante ideal com o populismo crescente no país que enfatiza a priorização dos nacionais e a noção de defesa de um Estado-nação.

Metodologia

A pesquisa foi realizada durante o período de um ano - de 01 de março de 2018 a 01 de março de 2019 - por meio de análise qualitativa e quantitativa dos comentários de usuários do Facebook em postagens relativas à Operação Acolhida. A coleta de dados foi feita nas páginas oficiais de Facebook das três Forças Armadas (Aeronáutica, Marinha e Exército) e de duas agências humanitárias internacionais: Organização Internacional de Migração (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que são órgãos diretamente envolvidos nas ações da Operação.

A coleta foi feita utilizando o aplicativo Netvizz, entendendo as limitações da API do Facebook, que permite a extração de dados apenas de contas públicas, o que tem tornado mais difícil a coleta de dados em páginas, diminuindo a quantidade de resultados retornados. Além disso, o próprio Netvizz não extrai todos os posts do período indicado, a seleção é feita aleatoriamente por ele e não se sabe precisamente o quão fidedigna é a amostra com relação ao total. Para fazer o filtro de postagens relativas ao assunto deste artigo, utilizamos as seguintes expressões: “venezuelanos”, “migração”, “Venezuela”, “Operação Acolhida” e “#OperacaoAcolhida”. A busca retornou um total de 533 comentários na página da Aeronáutica, 45 na do Exército, 281 na da Marinha, 68 comentários na página da OIM Brasil e 1011 na do ACNUR Brasil. Importante ressaltar que o foco não eram as publicações das páginas, mas sim os comentários dos usuários. Ficou perceptível que as páginas das Forças Armadas fizeram menos postagens sobre a Operação Acolhida do que as agências humanitárias.

Importante observar que as Forças Armadas utilizam pouco o Facebook como meio informativo das suas ações, apesar de o Ministério da Defesa ser o detentor dos recursos da Operação. As páginas da Marinha e da Aeronáutica retornaram apenas 04 publicações cada no período de um ano, a do Exército 01, enquanto a página da OIM teve 24 postagens e a do ACNUR 47. Por outro lado, nas Forças Armadas a interação dos usuários parece ser maior, mesmo que seja simples como marcar outro usuário na publicação. Isso fica evidente quando se

percebe que a Marinha contava com 281 comentários, 533 na Aeronáutica, 45 no Exército, e apenas 68 na OIM Brasil e 1011 no ACNUR Brasil, números bem mais abaixo se se compara com a diferença na quantidade de postagens.

Para a categorização utilizamos os códigos: 0 - não xenófobo, 1 - xenófobo 2 - aporofóbico e 3 - não se aplica. Na categoria 3 estão inclusos comentários com emojis que não foi possível identificar qual reação expressavam; marcação de outros usuários; parabenizações a pessoas específicas; expressões de desejo de ingressar nas forças armadas; debates políticos como sugestões de invadir a Venezuela; e comentários fora de contexto, em geral. Dessa forma, aqueles classificados como "não se aplica" não foram considerados para fins de análise, por este motivo o total válido de comentários foi: 349 para a Aeronáutica, 10 para o Exército, 64 para a Marinha, 07 para a OIM e 446 para o ACNUR.

Contexto venezuelano

A Venezuela enfrenta uma complexa crise que atravessa dimensões políticas, econômicas e sociais. De acordo com a pesquisa divulgada pelo Instituto Venezuelano de Análise de Dados (IVAD), em fevereiro de 2018, 75% dos venezuelanos consideravam o governo de Nicolás Maduro “ruim” ou “péssimo”³. Segundo Vaz (2016) o descontamento expressivo da população é motivado pela crise de fornecimento de alimentos, medicamentos e outros produtos de consumo básico, bem como os sucessivos cortes de energia em todo o país. Além da perda de apoio popular, os deputados do Parlamento venezuelano também abandonaram Maduro após a aprovação do decreto que concede a Assembleia Constituinte poderes legislativos. Os deputados opositores se pronunciaram através de uma carta aberta à nação, na qual definem a Constituinte como um “sequestro dos direitos políticos”⁴, colocando o órgão como usurpador do poder legislativo e da soberania popular.

No âmbito econômico, de acordo com Vaz (2016) o resultado da queda dos preços do petróleo no mercado internacional, somados aos problemas de gestão que impossibilitaram a manutenção dos programas de governo, comprometeram a capacidade de investimento nas

3 Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,governo-de-maduro-e-reprovado-por-75-dos-venezuelanos-indica-pesquisa,70002185115>>

4 Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/assembleia-constituente-da-venezuela-assume-poderes-legislativos.ghtml>>

atividades de extração, refino e comercialização de petróleo e derivados, base da economia venezuelana. Como membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a Venezuela tem designada uma quota de produção de petróleo que vem descumprindo nos últimos anos. Em outubro de 2018, o país extraía 1,86 milhão de barris por dia, 110.000 barris a menos do que o demandado pela organização⁵.

Nesse contexto, o panorama social é agravado com o decorrer dos anos como resultado dos conflitos políticos e da economia em declínio. Como já mencionado, o consumo de produtos básicos se tornou escasso e os programas sociais de atenção à saúde, educação e assistência social foram fortemente comprometidos em razão da dificuldade de investimentos. Ademais, o Fundo Monetário Internacional - FMI, estimou que a taxa de desemprego na Venezuela em 2018 chegou a 29,7%⁶. Esses fatores fizeram com que milhares de venezuelanos abandonassem o país em busca de melhores condições de vida para além da fronteira, criando uma movimentação intensa que é hoje considerada um dos maiores fluxos migratórios da América Latina.

Dados da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM) mostram que o número de migrantes da Venezuela ao redor do mundo, até fevereiro de 2019, chegava a 3,4 milhões. Os venezuelanos têm como principal destino, respectivamente: Colômbia, Peru, Chile, Equador, Argentina e Brasil⁷. No caso brasileiro, entre 2017 e 2018, 176.259 venezuelanos entraram no país pela fronteira de Pacaraima (RR), mas 90.991 (51,6%) desses saíram, 62.314 por via terrestre e outros 28.677 embarcaram em voos internacionais, como informam os dados de Del Vecchio e Almeida (2018).

Aumento do fluxo migratório e resposta do Estado brasileiro

Embora não seja o país que mais recebe essas pessoas, o fluxo migratório para o Brasil tem crescido paulatinamente indo de 829 pessoas em 2015 para 3.368 em 2016 até 7600 pedidos de refúgio em 2017 (SIMÕES, 2017). Como nem todos eles se enquadram no perfil de refugiado⁸, muitos ficam sem ter como trabalhar formalmente por falta de documentação. Além disso, as cidades que tem sido porta de entrada para os venezuelanos são de pequeno e médio porte - Boa

5 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/internacional/1515108139_270673.html>

6 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/economia-da-venezuela-deve-ter-queda-de-15-em-2018-com-inflacao-de-13000-diz-fmi-22328250>>

7 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/>>

8 Lei n. 9.474/97

Vista e Pacaraima - o que significa que elas não têm estrutura para internalizar todos de uma maneira adequada (SOUZA; SILVEIRA, 2018). O efeito disso é que, ao longo dos anos 2015 e 2016, o comportamento da Polícia Federal foi de deportar em massa os imigrantes, chegando aos mais de 400 no final de 2016. Em janeiro deste ano, 33 venezuelanos foram deportados por “entrada ou permanência irregular no Brasil” segundo a manchete do portal do G1 de Roraima⁹. A situação foi noticiada pelo mesmo portal em abril de 2016, dessa vez com 66 venezuelanos¹⁰. Observa-se que as medidas tomadas pelo governo de Roraima se resumiam estritamente ao controle de legalidade das migrações, enquanto a vida dos venezuelanos nas ruas e nas praças roraimenses era gerida por organizações da sociedade civil. Em decorrência disso, no início de 2017, a Defensoria Pública da União entrou com liminar *habeas corpus* a favor do povo venezuelano, apelando para as obrigações humanitárias convencionadas pelo Brasil em tratados internacionais. O pedido foi acatado pela 4ª Vara Federal de Sessão Judicial do Estado de Roraima¹¹.

A partir de então, o tratamento do Estado para com os imigrantes deveria ser orientação humanitária e não de segurança, como estava ocorrendo. O governo estadual toma medidas organizacionais, com fins de controle e assistência econômica. Entretanto, com o agravamento da crise na Venezuela, aumentou a entrada de venezuelanos no Brasil progressivamente. Kannan, et al. (2018) descrevem a chegada dos migrantes da Venezuela como um “boom”, pois os números saltaram de 9.677 migrantes permanecendo no Brasil em 2016 para 41.755 em 2017¹², até chegar aos mais de 800 por dia em 2018, segundo dados da Polícia Federal¹³. Tal contexto subsidiou a publicação do Decreto nº 24.469-E, em dezembro deste mesmo ano, que declara “situação de emergência social” no estado.

Em 15 de fevereiro de 2018, o governo federal editou a Medida Provisória (MP) nº 820, instituindo o Comitê Federal de Assistência Emergencial a fim de definir medidas para o acolhimento do segmento-alvo. Neste mesmo dia, o Comandante do Exército, General Eduardo

9 Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/01/pf-deporta-33-imigrantes-por-entrada-e-permanencia-ilegal-em-roraima.html>>

10 Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/04/pf-deporta-mais-60-venezuelanos-por-entrada-e-permanencia-ilegal-em-rr.html>>

11 Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/venezuelanos-dormem-no-chao-e-dividem-abrigo-improvisado-em-rr.html>>

12 Disponível em: <<https://folhadv.com.br/noticia/Mais-de-70-mil-venezuelanos-entraram-em-Roraima-em-2017/35775>>

13 Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/outubro/policia-federal-atualiza-numeros-da-migracao-de-venezuelanos-em-rr>>

Dias da Costa Villas Bôas, nomeou o General de Divisão Eduardo Pazzuello coordenador da Força-Tarefa Logística Humanitária no estado de Roraima. A partir disso, o Comitê estabeleceu estruturas de recebimento, triagem e áreas de abrigo e acolhimento, marcando o início da Operação Acolhida, comandada pelo Ministério da Defesa e envolvendo as três esferas federativas, as Forças Armadas, a ACNUR, OIM, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A Operação destinou recursos para o Ministério da Defesa que ficou como o órgão do governo federal responsável por ela. Entre as atividades a serem desenvolvidas estão: provimento de transporte, alimentação e saúde, suporte à interiorização, identificação, imunização e abrigamento dos imigrantes (KANAAN; TÁSSIO; SIDMAR, 2018).

Segundo Baltar e Favero (2018) a interiorização, um dos pilares da Operação Acolhida, constitui-se como uma política de assistência emergencial aos imigrantes venezuelanos, a qual teve início em fevereiro de 2018 a partir da publicação da Medida Provisória 820/2018 e dos Decretos nº 9.285/2018 e nº 9.296/2018. A política em questão representa uma tentativa de reduzir os impactos causados pelos venezuelanos na saúde, mercado de trabalho, entre outros serviços públicos nos municípios mais envolvidos no aumento do fluxo migratório: Boa Vista e Pacaraima. Até março deste ano, o número de migrantes realocados para outras unidades da federação através dos aviões da FAB chegavam a 5.250¹⁴.

Em Boa Vista, as pessoas que aderem voluntariamente à estratégia de interiorização são registradas, documentadas e vacinadas. Os venezuelanos participantes recebem orientações sobre as cidades de destino e materiais informativos sobre o acesso a serviços e assistência à saúde. As pessoas interiorizadas são acompanhadas durante o voo até as cidades de destino. Em razão dessas ações, mais de 65% dos venezuelanos afirma que aceitariam participar do processo de interiorização, prioritariamente se houvesse alguma garantia de emprego na outra cidade (SIMÕES, 2017).

Toda movimentação que marcou a chegada dos venezuelanos no país foi transmitida pela mídia nacional, possibilitando que os brasileiros tomassem conhecimento da situação. Os jornais e portais de internet propagaram um discurso de culpabilização dos migrantes pelo aumento dos índices de violência em Roraima e pela situação de “calamidade pública” dos serviços de saúde no estado. Como mostram Aragão e Santi (2018) diversos periódicos passaram a publicar

14 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/programa-de-interiorizacao-beneficia-mais-de-5-mil-venezuelanos-no-brasil/>>

manchetes como: “Venezuelanos levam o caos a Roraima”¹⁵. E a fomentar a imagem dos migrantes como invasores: “Fugindo da crise, venezuelanos invadem casas em Roraima”¹⁶.

Segundo Sarmiento e Rodrigues (2018), ainda que a justificativa mais plausível para explicar o “estado de calamidade” em Roraima seja o descaso por parte do governo e o crescimento de facções criminosas no estado, as afirmações feitas pelas manchetes acima tendem a ser aceitas como verdade e a serem reproduzidas pela população. Nesse sentido, a inserção venezuelana no Brasil tem dividido opiniões, uma parte apoia a atuação das agências da ONU e do Estado para dar dignidade e o devido acolhimento aos refugiados, enquanto outra parte, motivada pela negação deste “outro” discorda de qualquer tipo de ajuda oferecida e acabam por rechaçar a presença dos venezuelanos.

Situação em Roraima e noções sobre xenofobia

A receptividade ao migrante é historicamente marcada pela adequação dele ao que seria o “tipo ideal”. No Brasil existe um mito altamente difundido de que o brasileiro, por ser miscigenado, é propenso a ser mais receptivo à entrada de estrangeiros no país. Ainda que o país seja constituído por povos subalternos, os impedindo de manter a sua identidade original, os imigrantes que aqui chegaram posteriormente conseguiram se condensar ao povo já existente criando “uma etnia só”, o povo brasileiro. No entanto, essa afirmação se mostra inverídica, especialmente quando se analisa o processo histórico de incentivo à imigração no Brasil. Como parte da política de embranquecimento da população, as ações da elite e do governo tenderam a privilegiar a entrada e manutenção de pessoas brancas que valorizavam o trabalho e a família. E, posteriormente, as políticas de educação pública focadas em criar essa identidade brasileira, enfatizaram o mesmo padrão.

Para Figueira (2018) existem três razões que explicam manifestações xenófobas no contexto roraimense: o racismo; a reconstrução da ideologia de Estado-nação; e o populismo. O racismo, como dito acima, está conectado com a ideia de imigrante ideal. A recuperação da imagem de Estado-nação está diretamente vinculada a uma noção de propriedade. Cria-se um imaginário de solidez das fronteiras do país que condensa tudo o que se passa dentro delas como interesse exclusivo dos seus nacionais, produzindo uma necessidade, por vezes paranoica, de protegê-la das ameaças externas. Para Figueira, a ideia de propriedade é oposta à de proteção

¹⁵ Jornal O Globo, 06/11/2016

¹⁶ Jornal Nacional, edição do dia 22/10/2016

humanitária, uma vez que se a relação entre nacional-imigrante é vista como proprietário-hóspede, o acolhimento é entendido não como um dever, mas como caridade.

Por fim, o populismo é caracterizado por uma imagem que personifica os discursos e ações realizadas em nome do povo, além da criação de uma noção de coletividade que limita aqueles que estão dentro ou fora dela. Os discursos populistas de direita tendem a enfatizar o nacionalismo e critérios étnicos e culturais para fazer essa delimitação. Nesse contexto, o imigrante é visto como uma ameaça à pureza étnica, à manutenção da propriedade, dos direitos e oportunidades cujo acesso os nacionais deveriam ter prioridade.

Nesta circunstância, o migrante venezuelano entra em um país com dificuldades para fornecer serviços públicos de qualidade e avançando para uma crise econômica, que retira o emprego de milhares de brasileiros. O perfil deste imigrante homem, solteiro, jovem, sem emprego no Brasil e advindo de um país latino causa um estranhamento maior, porque ele não responde ao "tipo ideal" e acarreta a sensação de ameaça na população local. Em decorrência disso, tem sido noticiado vários casos de ataques aos venezuelanos por parte do cidadão comum brasileiro. Geralmente são feitos verbalmente, mas em alguns casos chegaram a agressões físicas. Rocha e Senhoras (2018) relataram que, em julho de 2018, moradores de Mucajaí-RR expulsaram venezuelanos do abrigo da cidade com paus e pedras. Além dos protestos que têm acontecido em praças, nas quais há venezuelanos se refugiando, e as recorrentes afirmações para os jornais locais como "não aguentamos mais a presença deles" e "aumentou muito o roubo em nossa cidade".

Esse tipo de manifestação também teve espaço nas redes sociais, estas têm sido, inclusive, meio para organizar os ataques diretos. Conforme mostram Oliveira e Lacerda (2018), houve um aumento nos comentários de cunho xenófobo nas postagens do Facebook relacionadas aos imigrantes. A pesquisa feita pelos autores analisou qualitativamente prints das postagens de cinco páginas que noticiam acontecimentos em Roraima. Para os autores, uma parte dos boavistenses tem tido um comportamento de desumanização e inferiorização, sem enxergar o imigrante como um sujeito de direito, utilizando de termos como "pragas", "pestes" e "troços" para se referirem aos venezuelanos. Porém, a conclusão dos autores é que não se pode culpabilizar a população local, porque esta está tendo os seus direitos e necessidades negligenciados pelo Estado. Os repasses que são feitos pelo governo federal para solucionar a situação parecem ser ineficientes e não dão conta de amenizá-la, o que leva os imigrantes a terem

que praticar mendicância e viver nas ruas. Além de o governo estadual, que já mantinha a garantia à saúde, segurança e educação de forma precária, não resolver o acesso aos serviços públicos, ainda incita o imaginário popular de que há uma causalidade entre o aumento do fluxo migratório e a precariedade dos serviços.

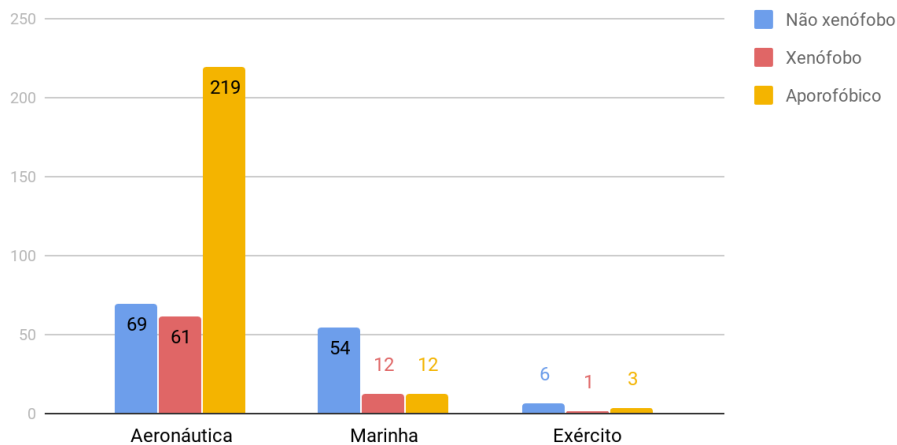
Milesi, et al. (2018) mostram como o governo estadual, a partir do requerimento da ACO¹⁷ 3121, alimenta uma xenofobia em seu discurso político culpabilizando a imigração por problemas estruturais do Estado que já estavam presentes antes do aumento do fluxo migratório. Além disso, o governo estadual pretende colocar as responsabilidades de gestão e acolhimento unilateralmente na União. Os autores notam, no entanto, que a preocupação com a migração só começou a aparecer nos discursos políticos de forma mais veemente a partir do boom migratório em 2017. Nas campanhas eleitorais de 2014 e 2016, o imigrante era tratado como responsabilidade do governo federal, estando presentes nos planos de governo estaduais apenas menções à criação e revitalização de abrigos e casas de atendimento. É fato que esta pauta ganhou espaço na comunidade roraimense, entretanto, o fomento de discursos discriminatórios por parte de figuras públicas fortalece os populistas, que não trazem resoluções reais para problemas de gestão e, ainda, culpabilizam o imigrante por falhas na administração pública.

Resultados e discussão

Para efeito de classificação, decidimos codificar os comentários coletados como “não xenófobo”, “xenófobo”, “aporofóbico” e “não se aplica”. Entendendo que os dados classificados como “não se aplica” não são válidos para os fins analíticos desta pesquisa, foram considerados os 876 comentários que estavam na categoria “xenófobo”, “não xenófobo” e “aporofóbico”, sendo eles:

¹⁷ A Ação Civil Originária 3121 foi proposta pelo Governo de Roraima ao Supremo Tribunal Federal, com o intuito de fazê-lo determinar as responsabilidades da União no controle policial e sanitário na entrada de migrantes no Brasil, bem como o fechamento temporário da fronteira com a Venezuela.

Comentários nas páginas das Forças Armadas | Março de 2018 - Março de 2019



Fonte: elaboração própria

Com relação ao engajamento nos posts das Forças Armadas, a página que mais retornou foi a da Aeronáutica. A insatisfação nos comentários vinha, principalmente, pelo trabalho de transportar os imigrantes. Muitas pessoas se sentiram injustiçadas por eles poderem utilizar o transporte aéreo da FAB, enquanto o brasileiro está pagando altas taxas de transporte aéreo. Além disso, foi onde apareceu de forma mais veemente a insatisfação com o processo de interiorização. Muitas pessoas que responderam a postagem expressavam preocupação com a inserção dos venezuelanos nas suas comunidades, com o inchaço das cidades, a precariedade dos serviços públicos e, especialmente, a falta de emprego.

Este último fator foi o que mais chamou atenção dos usuários, uma vez que sem emprego o imigrante não tem onde morar ou salário e acaba indo parar as ruas, podendo se envolver em atividades ilícitas e contribuir para o aumento da violência. Este tipo de comentário corrobora com o que disse Oliveira e Lacerda (2018) e Figueira (2018) que a falta de receptividade ou as manifestações xenófobas não podem ser lidas diretamente como um ódio ao estrangeiro, mas sim um aprofundamento da insatisfação com a própria condição da pessoa. Uma vez que, no imaginário popular, o imigrante venezuelano não representa só uma competição para as vagas de emprego, mas também uma ameaça ao aumento da violência e inchaço dos serviços públicos já precarizados. Em razão disso, vários comentários iam no sentido: "É preciso primeiro cuidar da casa para depois cuidar do outro", "Já estamos com 13 milhões de desempregados no Brasil, eles

só vão aumentar esse número", "Existem empresários que estão demitindo brasileiros para poder contratar venezuelanos por salário mais barato". Na nossa leitura esse tipo de comentário não expressa um ódio ao outro, muito embora existam outros que são evidentemente xenófobos como: "Eles estão infestando as ruas de Roraima e são uns fedidos".

Na página da Marinha e do Exército, percebemos um número bem maior de comentários receptivos, enfatizando principalmente a importância do trabalho realizado pela instituição de atendimento médico à população vulnerabilizada. Portanto, quando o foco da ação está voltada para o cuidado, as pessoas aparentam ter bem menos resistência, de modo que não negam a importância de dar assistência médica a um grupo que está tão vulnerabilizado. Essa perspectiva humanitária foi ressaltada em Kannan, et al. (2018), os autores evidenciaram a participação do Exército na Operação Acolhida como importante para classificar a instituição não só como provedora de missões de paz, mas também humanitárias.

Analisando esses dados e a linha de interpretação que pode vir deles, ficamos nos questionando como, então, o comportamento do brasileiro tem sido noticiado em jornais e observado em artigos como xenófobo? A resposta para isso pode estar na discussão feita por Sarmiento e Rodrigues (2018), neste artigo as autoras admitem a existência da preocupação da maior parte dos brasileiros inserida nos discursos populista de proteção dos nacionais. Neste sentido, as pessoas acusam o Estado de não conseguir garantir qualidade de vida e nem resolver os problemas crônicos de desigualdade do país. Consideram antipatriótico prestar ajuda aos estrangeiros como se nesse atendimento eles tivessem "privilégios" que os brasileiros não têm, que para nós fica muito evidente em comentários como: "Eles podem andar nos aviões da FAB, o brasileiro que pague passagem se quiser viajar".

Entretanto, ao mesmo tempo que expressam comentários que desumanizam a condição do outro, os moradores locais não querem ser chamados de xenófobos: "Não somos xenófobos, queremos apenas cuidar primeiro do que é nosso". A resposta dada pelas autoras é que os discursos xenófobos produzidos pela classe média e elite são reproduzidos pela classe pobre que, apesar de se solidarizarem com a condição miserável do imigrante, passam a enxergá-lo como um competidor dos escassos recursos e benefícios sociais existentes. Além disso, essa mesma população pobre é a que conhece as truculências que os imigrantes têm enfrentado: negligências, maus tratos, violência policial, criminalização e etc. Para Sarmiento e Rodrigues, portanto, talvez

a xenofobia no Brasil possa ser mais bem expressada por outra palavra: aporofobia, ou seja, o medo do pobre.

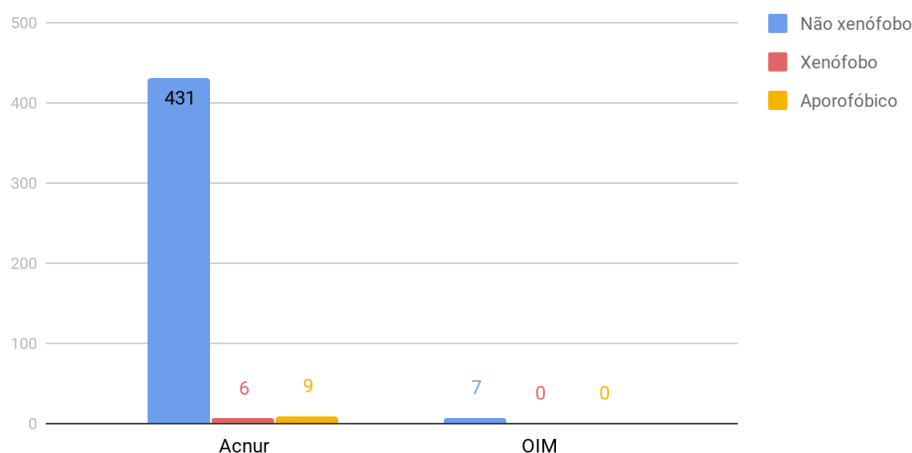
O conceito de aporofobia foi definido por Cortina (2000 *apud* ANDRADE, 2008) e Cortina (2017), a autora, ao olhar para os problemas de migração na Europa, defende que não se trata de uma questão de raça ou estrangeirismo, mas sim de pobreza. Embora nós discordemos que a falta de receptividade aos migrantes nada tenha a ver com a raça - uma vez que, especialmente no contexto brasileiro, fica evidente como a migração europeia não foi problemática - entendemos que é possível alargar o conceito para compreender a baixa receptividade dos brasileiros a estes imigrantes que não se encaixam no “tipo ideal”. Isso parece ser ratificado quando se percebe que não é todo o imigrante que sofre discriminação, portanto não é uma aversão ao estrangeiro, mas sim a um tipo específico, ou melhor, sofrem aqueles que não são o ideal de migrante. A discriminação, nesse caso, envolve uma comunidade não-branca, advinda de um país em condições sociais piores que as do Brasil e que, em sua maioria, não têm condições básicas de subsistência. Isso faz com que essa população se torne dependente, pelo menos no primeiro momento, da ajuda e assistência do governo brasileiro.

A aporofobia envolve culpabilizar as vítimas pela situação em que se encontram (ANDRADE, 2008). Ela alimenta um sentimento de medo contra os pobres, pois são supostamente potencialmente violentos e sujos. Diante disso, os pobres, que não são só fragilizados economicamente, mas têm a sua capacidade de organização e formação política desmobilizada, são cooptados pelos discursos das elites mesmo conhecendo as mazelas da privação social. Ademais, essa mesma elite que propaga as retóricas xenofóbica e aporofóbica é beneficiada com o contexto de vulnerabilidade e aproveitam para explorar a mão de obra de imigrantes.

No que tange os comentários da OIM e da ACNUR são, em sua grande maioria, receptivos, como já era esperado. A Organização Internacional para Migrações (OIM) conduz uma série de atividades que estão estabelecidas em seu plano regional sob uma perspectiva de direitos, considerando o padrão internacional estabelecido de proteção. Tais atividades colocam a OIM em todas as etapas que integram a resposta humanitária em Roraima, mais especificamente em Pacaraima, onde atua junto ao ACNUR dando apoio a regularização migratória dos venezuelanos.

No âmbito da assistência emergencial, as duas agências fortalecem iniciativas de acesso a alimentação, itens de higiene e outros materiais básicos para sobrevivência e dignidade dos migrantes. (OTERO et al, 2018) Com relação a essas ações, grande parte dos comentários expressam apoio e solidariedade aos “irmãos venezuelanos” como muitos colocam. Também são feitos muitos elogios ao trabalho das agências, como “Parabéns por lutarem por dignidade para essas famílias, dias melhores virão!”; “Parabéns aos que tomaram a iniciativa do projeto, e as mulheres corajosas por acreditarem que sonhos podem se transformar em realidades e fazer a diferença”.

Comentários nas páginas das agências da ONU | Março de 2018 -
Março de 2019



Fonte: elaboração própria

Entretanto, ainda há uma incidência de comentários de cunho aporofóbico seguindo a mesma linha de raciocínio do que foi visto nas páginas das Forças Armadas. Falas como “Hipócritas, nenhuma criança brasileira tem esse mimo” expressam o pensamento recorrente das pessoas contrárias às ações realizadas pelo ACNUR e pela OIM, por entenderem que o trabalho feito favorece os migrantes e negligencia os brasileiros.

Considerações finais

Com base nos dados captados e no aporte teórico apresentado, é possível fazer algumas considerações acerca da receptividade do brasileiro para com os imigrantes venezuelanos durante o período selecionado.

Primeiramente, os dados apresentados nos fizeram questionar o entendimento comum de xenofobia. Segundo o antropólogo indiano Arjun Appadurai (2006, *apud* Figueira, 2018), as identidades majoritárias podem adquirir um perfil predador em algumas sociedades, em razão de sua superioridade numérica ou pelo receio da incompletude, isto é, a necessidade de ser ver no todo, de construir o puro, o soberano. Quando visualizamos o contexto brasileiro, surge a pergunta: o Brasil possui um compartilhamento de identidade comum que faz aflorar o sentimento de represália a grupos étnicos distintos? Figueira (2018) ajuda na formulação da resposta para essa indagação quando argumenta sobre a construção do imigrante ideal, referindo-se aos critérios raciais impostos pelo Estado brasileiro no momento da importação de mão de obra, nas primeiras décadas do século XIX, o que motivou a seleção do trabalhador branco europeu tendo como objetivo a concretização do projeto de branqueamento do povo brasileiro. Junto a isso, o autor também destaca a construção do imaginário de pertencimento a uma única nação, difundida pela educação pública.

Diante dessa conjuntura, o ataque aos imigrantes e refugiados por meio de discursos nacionalistas e populistas são fundamentados, por um lado, por uma elite que valoriza o imigrante ideal, em detrimento dos outros, e dissemina a ideia de que a precariedade dos serviços estatais é culpa da imigração. E, por outro lado, pelos estratos mais baixos que reproduzem os discursos elitistas ao se verem cada dia mais privados de seus direitos, sem compreender que esse cenário de instabilidade social é fruto de décadas de negligência estatal. Assim, apesar do Brasil não ter uma identidade étnica homogênea, as relações sociais são marcadas pelo racismo estrutural resultante de um longo processo de branqueamento populacional conduzido pela elite brasileira. Nesse sentido, seguindo o raciocínio de Sarmiento e Rodrigues (2018), a fobia contra o estrangeiro refere-se aos migrantes pobres e de etnias marginalizadas.

Em segundo lugar, após essa reflexão, surge uma nova pergunta: entendendo que a elite brasileira constrói e propaga o discurso xenófobo de negação do estrangeiro, isso significa que o brasileiro é xenofóbico? Quando nos debruçamos sobre os dados coletados, vemos que a “não receptividade” dos brasileiros frente aos venezuelanos está pautada na visão destes migrantes

pobres como um competidor, um rival, um indivíduo que vai tomar as oportunidades de emprego e os poucos benefícios sociais existentes. Sarmiento e Rodrigues (2018) colocam que:

(...) a imigração venezuelana tem-se colocado como um espelho através do qual nossas mazelas sociais se veem refletidas. E, inclusive, nos possibilita interrogar certas representações [...] calcadas pela ideia do Brasil como um país acolhedor.

Nessa perspectiva, a crise humanitária da Venezuela é uma oportunidade para refletir sobre a sociabilidade brasileira. Os resultados obtidos com a pesquisa abrem espaço para o debate sobre xenofobia X aporofobia, uma vez que a discriminação contra o estrangeiro aqui se refere aqueles que não se encaixam no padrão ideal e que advêm de etnias e condições sociais já marginalizadas no Brasil.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Marcelo. ¿Qué es la “aporofobia”? Un análisis conceptual sobre prejuicios, estereotipos y discriminación hacia los pobres. Revista PPGPS/UENF, v.2, n.3, 2008.

CORTINA, Adela Orts. Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017.

DEL VECCHIO, Vitor Antonio; ALMEIDA, Vitor Bastos Freita. Panorama do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil e América Latina. In: Migrações venezuelanas, p. 158-163. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

FIGUEIRA, Rickson Rios. Razões da xenofobia. In: Migrações venezuelanas, p. 224-230. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

HONÓRIO, Christiane Alcantara; DA SILVA, Sullyvan Garcia. Direitos Humanos e Polícia Militar: percepções e significados para os policiais militares do 17º BPM na cidade de Águas Lindas- Goiás. Goiás: REBESP. v. 11, n. 1, 2018.

KANAAN, Cel; TÁSSIO, Maj; SIDMAR, 2o. Ten. As ações do Exército brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. In: Migrações venezuelanas, p. 68-71. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MATTOS, Pablo. A atuação do ACNUR na resposta ao fluxo de venezuelanos em Roraima. In: Migrações venezuelanas, p. 203-205. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MENEZES, Daniel Francisco Nagao; RAIMO, Vania Bogado de Souza di. Brasil: preocupações sobre xenofobia e militarização. In: Migrações venezuelanas, p. 236-241. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MILESI, Rosita; COURY, Paula. Acolhida, proteção e integração de venezuelanos no Brasil: a atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). In: Migrações venezuelanas, p. 72-77. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Júlia. Migração venezuelana ao Brasil: discurso política e xenofobia no contexto atual. Aedos. Porto Alegre, v. 10, n.22, p. 53-70. 2018.

MINA, Renan Vidal; LIMA, José Rodolfo Tenório. A "cordialidade" do povo brasileiro frente à imigração de venezuelanos em Roraima: uma discussão sobre xenofobia. Revista del CESLA International Latin American Studies Review. Varsóvia, v. 22, p. 327-246, 2018.

OLIVEIRA, Isaac A. Dantas; LACERDA, Elisângela Gonçalves. Imigrações venezuelanas e xenofobia em Roraima, Brasil. In: Migrações venezuelanas, p. 231-235. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

ROCHA, Eliane; SENHORAS, Eloi Martins. Migrante cidadão: violência expõe a xenofobia em Roraima. Amazônia Real, 19 de julho de 2018.

RUSEISHVILI, Svetlana; CARVALHO, Rodrigo C. de; NOGUEIRA, Mariana F. S. Construção social do estado de emergência e governança das migrações. O decreto estadual n. 24.469-E como divisor de águas. In: Migrações venezuelanas, p. 57-67. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

SARMENTO, Gilmar G. S.; RODRIGUES, Francilene S. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: Migrações venezuelanas, p. 242-249. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

SIMÕES, Gustavo da Frota (Org.). Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Curitiba: CRV, 2017.

SILVA, Sidney. Políticas de abrigo a imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Manaus. In: Migrações venezuelanas, p. 206-216. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

SOUZA, Ayrton Ribeiro de; SILVEIRA, Marina de Campos P. da. O fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil (2014-2018): análise do arcabouço jurídico brasileiro e da conjuntura interna venezuelana. Cadernos Prolam/USP, São Paulo, v. 17, n. 32, p. 114-132. 2018.

VAZ, Alcides Costa. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. Análise Estratégica, n. 3, 2016.